

## editorial

2002 começa em Porto Alegre: com a esperança de que o Fórum Social Mundial revigore nossas energias para derrotar o neoliberalismo e contribua para interromper a barbárie que assola a nossa sociedade.

A violência dos assassinatos dos prefeitos de Campinas, Toninho do PT e de Santo André, Celso Daniel, nos faz suspeitar do grau de deterioração de diversas instituições como a polícia e suas ligações perigosas com o crime organizado, bem como de governos corruptos e de costas para o povo. São ataques a todos nós e à democracia.

O Brasil tem 23 milhões de miseráveis e um salário mínimo menor do que os demais países do Mercosul, do que a Bolívia, Índia ou Egito. Nos perguntamos porque nenhuma força social no país tomou para si a bandeira do salário mínimo como uma questão prioritária. Talvez o movimento sindical e os partidos de esquerda devessem ser os primeiros, mas a mobilização do movimento de mulheres no Quebec contra a pobreza nos instiga a pensar que esta seja uma preocupação também nossa do movimento feminista e da Marcha Mundial de Mulheres.

Outra questão relevante é perceber o impacto das regras hegemônicas do comércio mundial nas políticas de saúde, repercutindo sobretudo na vida das mulheres. Artigo da Coalisão Feminista do Quebec, na página três, levanta importantes aspectos das reformas de saúde no Canadá.

Vamos à luta!

As Semprevivas

Leda Catunda, *A Carteira*, 1985



## Salário mínimo na agenda feminista

Miriam Nobre

Este artigo comenta possíveis estranhamentos do movimento feminista ao tema, o salário mínimo como política de combate à pobreza das mulheres e inicia a discussão sobre qual deveria ser o seu valor.

Desde a Constituição de 1946 o salário mínimo é concebido como o valor capaz de manter o trabalhador e sua família. O DIEESE estima o montante necessário para fazer frente aos gastos de uma família com dois adultos e duas crianças. O cálculo pressupõe uma família em que o pai, provedor, sustenta a mulher e dois filhos, enquanto eles forem menores de idade. Para alguns setores o salário archoado “obrigou” as mulheres a trabalharem em troca de um salário para complementar a renda da

família. E se o salário mínimo chegar ao valor do DIEESE as mulheres não “precisariam” mais trabalhar?

A associação direta entre salário mínimo e família não reconhece o direito da mulher ao trabalho nem que as pessoas podem viver sozinhas. Na realidade elas vivem em complexos arranjos familiares: famílias monoparentais, filhos adultos desempregados que são sustentados por mães e pais, filhos de casais adolescentes sustentados por avós. Este descompasso pode nos in-

duzir a pensar que a política de salário mínimo não responde ao problema da baixa remuneração das trabalhadoras.

A ação das mulheres organizadas no movimento sindical tem como eixo a igualdade salarial e mais recentemente a igualdade de oportunidades. A diferença salarial entre homens e mulheres é um dos componentes do índice de desenvolvimento por gênero e uma referência nas análises feministas do mundo do trabalho. Porém muito pouco se fala sobre o valor geral dos salários e que temos vivido uma redução da média da diferença salarial entre homens e mulheres pela redução do salário médio dos homens e pelo aumento de rendimentos de poucas mulheres.

Têm sido mais discutido entre nós, políticas dirigidas às mulheres ou a determinados grupos, como negras ou chefes de família, do que políticas universais. O receio é de que estas, sem uma perspectiva feminista, possam manter ou recriar desigualdades. A luta pelo aumento dos salários se não considera o direito das mulheres ao trabalho com qualidade e boa remuneração tem o risco de pressionar as mulheres a voltarem para casa.

Porém, Lena Lavinias já há alguns anos traz para o debate dados que mostram que as desigualdades de rendimentos entre mulheres e homens são similares entre pobres e não pobres. Para ela o desafio é articular na formulação das políticas o combate às desigualdades econômicas e de gênero, o que não implica forçosamente a opção por políticas focalizadas.

### O salário mínimo e as mulheres

Em 1999, 31,9% das trabalhadoras brasileiras com algum rendimento, recebiam até um salário mínimo, enquanto que 20% dos homens se encontravam na mesma faixa de renda. Do total

Leda Catunda, *Gotas Pretas*, 1996



de benefícios da Previdência Social recebidos pelas mulheres em 1989, 86% estavam na faixa até dois salários mínimos, enquanto que esta proporção era de 67,7% para os homens.

Mais da metade da população economicamente ativa feminina está no mercado informal e é justamente neste setor que a legislação do salário mínimo é mais efetiva. Em 1999, 17,2% das trabalhadoras eram empregadas domésticas e neste setor apenas 25% tinham carteira assinada e 55,5% recebiam até 1 salário mínimo. Em Salvador este índice chegava a 75,9%.

Para trabalhadoras e trabalhadores com carteira assinada o salário mínimo é importante como referência de negociação de seus salários. Em 1996, 14% dos trabalhadores recebiam múltiplos entre 0,5% (para jornadas inferiores a 40 horas) e 3 salários mínimos. Este fato deve estar sobre-representado nas pequenas empresas, nas categorias mais dispersas e menos organizadas, justamente onde se insere a força de trabalho feminina.

O salário mínimo também é importante referência para administrações públicas de pequenas cidades onde também trabalha um grande contingente de mulheres.

Para todas estas uma política de aumento do salário mínimo teria indistintível impacto.

### Em campanha

O aumento do salário mínimo é fundamental para distribuir renda e para combater a pobreza entre as mulheres. Para consegui-lo é necessário que os setores de esquerda assumam esta bandeira como prioritária e desencadeiem um amplo debate na sociedade. A Marcha Mundial das Mulheres no Brasil já definiu a realização de uma campanha pelo aumento do salário mínimo.

Uma primeira questão é quanto ao valor que o salário mínimo deve ter. O salário mínimo do DIEESE calculado em outubro de 2001 era de R\$1.081,84, porém seu cálculo tem as implicações aqui já tratadas.

Uma medida de avaliação do salário mínimo é sua relação com o PIB (produto interno bruto) per capita. Esta é uma medida de distribuição de renda e do peso do salário na renda total do país. Quanto mais o PIB aumenta e o salário mínimo não acompanha, maior é a desigualdade de renda, pois mostra que o crescimento da riqueza do país foi apropriado apenas pelos mais ricos. No Brasil esta relação é de 28,6%, uma das menores do mundo. Alguns economistas vêm sugerindo um ajuste do salário mínimo em 60% do PIB/capita, índice próximo à Dinamarca, que tem a renda per capita dez vezes superior à brasileira. Por este cálculo o salário mínimo brasileiro deveria ser de R\$485,00.

A referência de valor é importante para concretizar uma campanha, para construir alianças, para exercer pressão sobre o legislativo e o executivo. A Marcha Mundial de Mulheres no Brasil estará à frente porque as mulheres são a maioria entre os pobres, porque não aceitamos viver em um mundo com pobreza, porque queremos uma vida digna para todas e todos.

# A ideologia familista retorna com força nos serviços de saúde: a experiência canadense

Coalizão feminista pela transformação dos serviços de saúde/Quebec\*

Após anos e anos de uma forte luta para sair de nossas cozinhas e de conquistar autonomia enquanto mulheres e cidadãs, nós pensávamos que a ideologia sexista estava definitivamente em retirada. Nós rapidamente compreendemos que o sistema de saúde se tornou cada vez menos “hospitaleiro” e que nós fomos chamadas – constrangidas, deveríamos dizer, a formar novas “unidades de cuidado” sobre as quais a sociedade deve contar cada vez mais para se ocupar das doenças, das pessoas vulneráveis, de pessoas com perda de autonomia ou que estão incapacitadas. E, de contrabando, veio a ofensiva ideológica segundo a qual o cuidado seria melhor dado dentro de uma unidade isolada e individualizada! Esta orientação reforça os modelos culturais sempre presentes no seio de nossa sociedade particularmente nos que dizem respeito à divisão sexual do trabalho. Por isso, o retorno à comunidade mítica, o retorno à família idílica que toma conta dos seus, é sempre um retorno às mulheres “heróicas”, a seus trabalhos não remunerados, ao senso de valores de compaixão, de dom, a seus esforços “invisíveis” porque considerados como naturais.

## A família sempre idílica?

E sem esquecer certamente que a família está bem longe de ser idílica! Com efeito, se as famílias podem ser o lugar de auxílio mútuo e de obrigações mútuas, podemos esquecer que elas são também lugar de conflitos interpessoais e intergeracionais?

Não podemos ignorar o grande número de famílias onde pais e mães devem trabalhar tornando a disponibilidade de adultos muito reduzida; o número de famílias monoparentais dirigidas em 89% por mulheres e das quais as energias essenciais são despendidas nas atividades de sobrevivência; o número crescente de famílias em que os recursos estão abaixo da

pobreza; o número crescente de pessoas vivendo sozinhas; a redução das unidades residenciais etc. Não podemos ignorar mais a violência no interior das famílias, violência por parte de pessoas “cuidadoras” ou responsáveis por seus próximos, nem o problema da exploração-dominação que atravessa as relações de muitas famílias. Não podemos ignorar que a família pode ser também um lugar de controle, de imposição de normas, de valores, de constrangimentos que podem ir de encontro à liberdade e dos direitos fundamentais das pessoas “ajudadas” ou “cuidadas”.

Linda McCartney, Dolly Tree



A premissa desejada de que a família seja o lugar ideal do cuidado desdenha da realidade de solidão, de infelicidade das pessoas isoladas dentro de suas famílias. As transformações da rede de saúde pública e de serviços sociais ignoram os limites das famílias e, mais particularmente, das mulheres dentro do papel de suporte que elas podem e querem assumir.

É evidente que falta coerência às políticas sociais, notadamente à política familiar. De um lado, lamenta as mutações vividas pelas famílias que as tornam menos aptas a cumprir o trabalho que lhes é devolvido e, de outro, apela a essas mesmas

famílias a se responsabilizarem para que façam mais!

## O recurso às famílias: fonte de desigualdades

As famílias não podem dar mais do que dispõem. *Uma dependência crescente das famílias levará inevitavelmente a um aumento das desigualdades sociais* (Guberman, 1995). Por que a qualidade e a quantidade do cuidado, dos serviços e de recursos aos quais uma pessoa doente ou vivendo com alguma incapacitação tem direito (ou uma criança em dificuldade, uma pessoa com problemas de saúde mental etc.) dependerão das competências, das disponibilidades e dos recursos dos membros de sua família? Se engajar nessa direção é colocar em questão o princípio fundamental da universalidade que oferece uma certa garantia de equidade na distribuição de acolhimento e atendimento a todos os cidadãos/cidadãs, pouco importando sua situação familiar.

E ainda, as pesquisas têm demonstrado que quanto mais dispomos de recursos financeiros e pessoais, menos somos limitados ao auxílio mútuo familiar e mais aproveitamos os recursos coletivos. Essa constatação tão inquietante nos leva a olhar a situação diferentemente e a colocar questões novas: o fato de que mais e mais pessoas que dispõem de recursos indiquem recorrer antes de tudo à família é um indicador do grande valor que elas atribuem a essa instituição? Ou não seria, mais do que isso, revelador da pobreza dos laços sociais e dos problemas de acessibilidade aos recursos coletivos? O retorno à família não é mais um símbolo de fracasso e de não escolha do que uma constatação autêntica e uma estratégia a glorificar?

\*Capítulo do documento “Por uma Rede de Saúde e de Serviços Sociais que considere as Mulheres” entregue à Ministra de Saúde do Canadá, em setembro/2000.



## Retrocesso anunciado

Por Carla Rodrigues\*

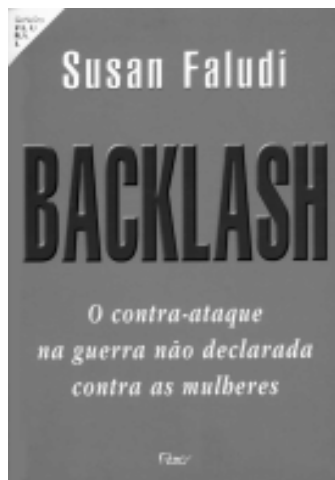
“*Backlash – o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*”, de Susan Faludi, chegou ao Brasil com 10 anos de atraso. Lançado nos EUA em 1991, quando provocou grande polêmica, *Backlash* acaba de desembarcar por aqui lançado pela Rocco. O longo atraso, que poderia ser um ponto fraco para os leitores em português, acabou se transformando no forte da edição: o movimento de contra-ataque aos avanços das mulheres na sociedade, identificado por Faludi a partir da segunda metade da década de 80 nos EUA, se atrasou para chegar ao Brasil, o que acabou por tornar o livro absolutamente atual.

Não por acaso, seu olhar arguto se volta principalmente para a imprensa. Por trás do que poderiam parecer ingênuas reportagens sobre novos comportamentos, Faludi localiza o que há de pior no movimento antifeminista: a idéia de que a emancipação trouxe infelicidade e de que as mulheres já obtiveram todas as conquistas que o feminismo reivindicava. Podem, portanto, parar de reclamar. O feminismo se ainda não acabou, deveria acabar logo, porque está prejudicando os homens, que estão perdidos, desempregados e sofrendo as conseqüências indesejáveis dos avanços das mulheres. Tudo culpa delas, claro.

Faludi enxerga nisso uma guerra, orquestrada principalmente pela direita americana. Na grande trama dos conservadores aparecem exemplos muito facilmente localizados na imprensa local.

Mulheres estão trocando o movimento feminista pelo MVF (movimento de volta ao fogão).

Poderia ser apenas uma brincadeira, mas o MVF esteve estampado na capa da revista “Domingo” (suplemento semanal do Jornal do Brasil) em janeiro de 2001. Anunciava: “Fraldas, mamadeiras, espanadores, pias, tanques, fogões:



eis o novo paraíso”. Os depoimentos fazem coro com os que Faludi já tinha encontrado nos jornais americanos: as mulheres estão exaustas, a família deve vir em primeiro lugar, e a educação dos filhos é um projeto mais importante do que a carreira profissional. Nem uma linha sobre a falta de perspectivas profissionais para as mulheres, que são minoria em cargos de chefia, ainda ganham menos que os homens – embora tenham maior índice de escolaridade e ocupem as mesmas funções-, ou sobre a falta de uma política de creches adequadas à nova realidade do mercado de trabalho, com exigências e horários cada vez mais flexíveis.

Tudo aquilo que Faludi identificou como “Backlash” está reunido numa só edição especial da revista Veja, inteiramente dedicada a mulheres. É perfeita demonstração de como a imprensa, ao supor que reflete um fenômeno social, fraudava um tipo de comportamento que não existe.

O que *Backlash* mostra é que, além de adotar o retrocesso antifeminista, aqui também se importou como respeitável o que já é apontado como lixo lá fora.

\* Reprodução parcial de crítica veiculada na Internet: [www.no.com.br](http://www.no.com.br), em 05/01/2002.

# folhafeminista

nº 30 janeiro de 2002 ISSN 1516-8042

### CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Márcia Camargo, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Ednalva Bezerra de Lima, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otília Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A folha feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro da Fundação Heinrich Böll.

### EQUIPE EDITORIAL

**Diretora Responsável:** Nalu Faria

**Editora:** Maria Lucia Silveira

**Projeto Gráfico:** Alexandre Bessa

**Diagramação:** Márcia Helena Ramos

**Fotolito:** Input

**Impressão:** RWC Artes Gráficas

**Tiragem:** 4.000 exemplares

**Número avulso:** R\$1,50



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

**Assinatura anual (10 números):** R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros  
05417-080 - São Paulo / SP

Tel/fax: 3819-3876

Correio Eletrônico: [sof@sof.org.br](mailto:sof@sof.org.br)

Página na internet:

<http://www.sof.org.br>

## próximos números

- 8 DE MARÇO
- AGENDA FEMINISTA EM 2002